NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 17/06/2015 - Edição 1293

Vigilância privada inibe criminalidade no Move na primeira semana de atuação

Créditos: Ricardo Bastos / Hoje em Dia

Nenhum registro de furto nem ato de vandalismo, redução significativa da presença de ambulantes e intimidação dos passageiros que burlam a catraca. Um breve balanço do serviço de vigilância do Move, que completa nesta quarta-feira (17) uma semana de implantação, foi apresentado pela BHTrans.

Houve apenas uma tentativa de roubo, que teria sido "imediatamente contida", segundo a empresa responsável em gerenciar o tráfego da capital. O local da ocorrência e detalhes do fato não foram informados. Ao todo, 192 profissionais atuam nos terminais e nas 37 estações de transferência.

Os seguranças, que não usam armas de fogo, têm algemas e cassetetes para tentar coibir bandidos e vândalos. Um spray de pimenta está previsto no edital lançado pela prefeitura, mas o equipamento ainda não foi disponibilizado aos homens. A BHTrans também não informou se há previsão.

Denúncias

Em abril deste ano foi mostrada a onda de violência enfrentada por usuários do sistema. Em um intervalo de pouco mais de um ano, desde a inauguração do modal, pelo menos 327 crimes foram registrados pela Polícia Militar – apenas no corredor da avenida Antônio Carlos. Roubos, assaltos, agressões e até tentativas de estupro foram as principais ocorrências.

Apesar de contar com 2.124 guardas municipais, a prefeitura preferiu contratar a segurança privada para combater a criminalidade no Move. Ao invés de usar os servidores públicos – que têm como função garantir segurança aos órgãos, serviços e patrimônio – a administração pública vai gastar R$ 1,5 milhão por mês com os vigias particulares. O contrato é de 20 meses. Na ponta do lápis, R$ 30 milhões serão desembolsados.

Fonte: Hoje em Dia

Banco do Brasil é condenado por assédio moral coletivo e deve coibir a prática em todo o país

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento a agravo do Banco do Brasil contra condenação por danos morais coletivos imposta pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF/TO) por vários casos de assédio observados dentro da instituição. O valor da indenização é de R$ 600 mil, que irá para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). "Uma empresa de grande porte tem que manter o controle de seus funcionários, principalmente dos que exercem cargos diretivos", enfatizou o ministro Lelio Bentes, presidente da Turma.

Ação civil pública

Após receber denúncia sobre o comportamento abusivo de uma gerente do banco em Brasília, o Ministério Público do Trabalho (MPT) abriu processo de investigação que culminou numa ação civil pública, visando coibir a prática de assédio moral pelos gestores. Na ação, o MPT sustentou que o problema era sistêmico e alcançava unidades espalhadas pelo país, e que o banco não estaria adotando providências eficazes para combatê-lo, como sanções e medidas disciplinares contra os assediadores.

O MPT relatou diversos procedimentos investigatórios de assédio moral e reclamações trabalhistas contra o banco que confirmavam condutas como retaliação a grevistas, descomissionamento como forma de punição pelo ajuizamento de ação judicial, isolamento de empregado portador de HIV e interferência na licença-maternidade da empregada dias após o parto, entre outras.

"Questão delicada"

Em sua defesa, o Banco do Brasil argumentou que não é omisso na apuração e no desestímulo da prática de assédio moral em seu quadro funcional, e que esses seriam casos isolados e pontuais, não justificando uma condenação por dano moral coletivo. A gerente responsável desde 2004 pelo recebimento das denúncias no Distrito Federal relatou que considerava "uma questão delicada e complicada dizer que os fatos que lhe são relatados são assédio moral". Na sua avaliação, o problema seria falha de comunicação entre chefes e subordinados.

Segundo ela, "existem gerentes que cobram o trabalho de uma maneira mais dura, assim como existem funcionários que são mais frágeis que outros". A gerente afirmou que, em conversas com representantes do sindicato da categoria, chegou a questionar se esses funcionários "pensam que estão em Pasárgada". "Enfim, existem regras na CLT a serem cumpridas", afirmou. Ela também informou que nunca concluiu pela existência de qualquer caso de assédio em relação às denúncias que recebeu.

Condenação

A juíza da 7ª Vara do Trabalho de Brasília condenou o BB a constituir comissão para receber denúncias, integrada por representantes dos trabalhadores, eleitos por estes com a participação do sindicato. "Como a pessoa que recebe as denúncias nunca conclui pela possibilidade de haver assédio moral, ela também nunca as apura", enfatizou a magistrada. A sentença reconhece os esforços do banco para prestigiar a dignidade da pessoa humana, mas afirma que "ficou cabalmente comprovado na audiência de instrução que as políticas institucionais adotadas não estão surtindo efeito, por melhor que seja a intenção".

O pedido de indenização por dano moral coletivo, porém, foi julgado improcedente. Segundo a sentença, considerando-se o universo de 90 mil empregados do BB, a prática do assédio não era generalizada a ponto de caracterizar dano à coletividade.

Em recurso ao TRT da 10ª Região, o MPT listou oito processos trabalhistas, de diversas regiões, contra o BB, em que se considerou comprovado o assédio moral. O Regional, considerando que as medidas adotadas pelo banco não foram eficazes, e constatando a omissão deste em adotar as medidas repressivas, impôs a condenação de R$ 600 mil.

TST

No agravo de instrumento pelo qual pretendia trazer o caso à discussão do TST, o BB reiterou já ter adotado diversas medidas de contenção de conduta ilícita e criado uma comissão (Comitê de Ética) para esse fim por meio de acordo coletivo. Assim, a decisão do TST violaria o artigo 7°, inciso XXVI, da Constituição, que privilegia a negociação coletiva.

O ministro Hugo Scheuermann, porém, afastou a alegação. "Não se trata de deixar de reconhecer os ajustes coletivos", afirmou. "O TRT entendeu que o comitê instituído pelo banco não teria a mesma finalidade da comissão de ética prevista na condenação". Quanto ao valor da indenização, o ministro considerou-o adequado.

No julgamento do agravo, os ministros ressaltaram casos como o de um gerente do Espirito Santo que disse aos subordinados que possuía uma espingarda, que "não errava um tiro" e que "estava com vontade de matar uma pessoa", e o de uma funcionária de 22 anos que passou a ir trabalhar acompanhada da mãe após sofrer assédio sexual de seu superior. "Como não correspondeu ao assediador, a funcionária chegou a ser dispensada e, depois, reintegrada, sofrendo grandes abalos a sua saúde", comentou o ministro Hugo Scheuermann.

"O assédio moral nas empresas está muito disseminado em razão da falta de controle da condução de pessoas que estão em posição hierárquica superior e que, não sendo cobradas, acabam violando o direito de terceiros", afirmou o ministro Lelio Bentes.

A decisão foi unânime.

Fonte: TST

UNI Finanças pede ao HSBC que abra diálogo com os trabalhadores

A UNI Finanças enviou carta ao presidente mundial do HSBC, Stuart Gulliver, solicitando a abertura de diálogo com os sindicatos para tratar do anúncio feito pelo banco de que estaria em processo de reestruturação e demitiria 50 mil trabalhadores, em diversos países.

Também foi enviada carta para o Bank of England (Banco Central inglês) pedindo que a direção do banco intervenha para que o HSBC abra o diálogo com os trabalhadores. Segundo o anúncio feito pelo HSBC, oito mil trabalhadores seriam demitidos no Reino Unido.

Braço para o setor financeiro da UNI Sindicato Global, entidade que representa cerca de 900 sindicatos e 20 milhões de trabalhadores do setor de serviços em todo mundo, a UNI Finanças é chefiada pelo brasileiro Marcio Monzane.

Fonte: Contraf-CUT

UNI global union

Philip J. Jennings
General Secretary
Tel.: +41 22 365 2126
E-Mail: pj@uniglobalunion.org

Mr. Stuart Gulliver
HSBC CEO
8 Canada Square, London E14 5HQ
United Kingdom
stuart.t.gulliver@hsbc.com

Nyon, 11 June 2015

Dear Mr. Gulliver,

UNI Finance Global Union, an integral part of the 20-million member UNI Global Union, is the global voice for staff in the banking sector. We represent over 3 million finance workers around the world and our affiliates are greatly concerned and angered by the announcement by HSBC of massive job cuts to its global workforce.

We were shocked to hear that globally 50,000 jobs are on the line; 10% of HSBC's 266,000 workforce in both the retail and investment banking operations of HSBC. 8,000 jobs are slated to be cut by HSBC in the UK alone.

As one of the Strategically Important Financial Institutions identified by the Finance Stability Board, we consider it a duty of HSBC to engage in a dialogue with the unions in your workplaces locally and globally with the aim of building a sustainable future for HSBC, in which HSBC's employees are key.

On behalf of UNI Finance Global Union, I am formally inviting you to enter such a global dialogue to discuss the broader consequences of the 50,000 dismissals.

UNI Finance Global Union's Steering Committee will be holding consultations next week and we would welcome your proposals with respect to the date for a first meeting to build a global dialogue between HSBC and UNI Finance Global Union.

We look forward to hearing from you.

Yours sincerely,

Philip J. Jennings
General Secretary
UNI Global Union

Marcio Monzane
Head of UNI Finance Global Union

UNI Global Union | 8-10 Avenue Reverdil | 1260 Nyon | Switzerland
Tel: +41 22 365 2100 | Fax: +41 22 365 2121 | www.uniglobalunion.org

1/1

Em caso de veto à 85/95, centrais dizem que vão derrubá-lo

Em caminhada até o Palácio, manifestantes pedem que Dilma sancione nova fórmula das aposentadorias. Do contrário, vão pressionar Congresso para derrotar a decisão presidencial

"Presidenta, a senhora não precisa de uma mancha como essa na sua carreira", disse ao microfone Vagner Freitas, presidente da CUT, junto ao gradil que separava os manifestantes, reunidos na Praça dos Três Poderes, do Palácio do Planalto.

Com isso, resumiu a tônica da manifestação iniciada no início da noite desta terça-feira, em Brasília. Aproximadamente 1, 5 mil pessoas marcharam da Catedral de Brasília até a frente da sede do governo federal para pedir que Dilma não vete a fórmula 85/95, mudança que vai diminuir o tempo de espera para a aposentadoria dos trabalhadores e vai elevar o valor dos benefícios previdenciários. Porém, caso a presidenta vete – tem até esta quarta-feira para decidir – as centrais prometem pressionar deputados e senadores para impingir uma derrota a Dilma, derrubando o veto.

Manifestação incomum, por pedir à Presidência da República que não vete um projeto saído do Congresso. Normalmente, é o contrário. Participaram do ato, que se estendeu para além das 21h, as principais sindicais reconhecidas do País.

"Nós viemos aqui para dizer para a Dilma que ela tem a oportunidade de marcar um gol de placa se sancionar a fórmula 85/95. E ela tem todas as condições políticas para fazer isso. O Congresso, que vota tanta coisa ruim, desta vez aprovou uma reivindicação da classe trabalhadora", afirmou Vagner, minutos antes da chegada ao Palácio, sobre o caminhão de som que foi proibido pela polícia e pela segurança presidencial de seguir junto com os militantes que caminhavam

"A Dilma foi eleita por essa gente oprimida que fez um grande esforço para derrotar a burguesia. Olhe para nós. Venha para os braços da classe trabalhadora", completou o presidente da CUT, que também havia pedido aos manifestantes que não entrassem em choque com a polícia, o que desviaria o significado e o objetivo do ato.

Todos os dirigentes sindicais que se pronunciaram ao microfone repetiram a mesma promessa: se a Dilma vetar, as centrais vão trabalhar para derrubar a decisão. "Vai ser um tiro no pé histórico", sentenciou Vagner.

"Tudo para que esse famigerado fator previdenciário não continue", argumentou João Carlos Gonçalves, o Juruna, da Força Sindical. Carmem Foro, vice-presidenta da CUT, destacou a "unidade das centrais em torno de algo absolutamente estratégico para o Brasil".

Adeilson Carvalho, da CTB, criticou a argumentação apresentada publicamente, um dia antes, pelo ministro da Previdência Carlos Gabas. "Ele falou em prejuízos futuros. Como isso é possível, se a Previdência é sustentada com o suor e o dinheiro dos trabalhadores. Recursos que são mal administrados, que deveriam ser usados só para essa finalidade, e não para outras, como acontece".

Rosane Bertotti, secretária de Comunicação da CUT, disse às pessoas que esperavam condução ou caminhavam de volta do trabalho na Esplanada dos Ministérios, no início da marcha: "O movimento sindical tem ocupado as ruas no último período, para que os direitos trabalhistas sejam preservados. E agora estamos aqui em nome de quem dá o sangue e ao final quer curtir uma aposentadoria digna".

Para Expedito Solaney, secretário de Políticas Sociais da CUT, se Dilma sancionar a fórmula 85/95, terá "reatado com a classe trabalhadora". Para ele, é uma oportunidade de começar a virar a pauta política atual, que tende ao conservadorismo.

João Batista Inocentini, do Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical, a exemplo do que fez Vagner Freitas, usou de um tom emocional ao se dirigir à presidenta. "A senhora vai ter a noite inteira para refletir e mudar essa tendência ao veto demonstrada pelo seu governo". Diante do Palácio do Planalto, os dirigentes recorreram a uma pequena caixa de som, a única que passou pela barreira policial, na tentativa de se fazer escutar pela própria Dilma.

Ouvindo ou não, bastava olhar pelas janelas do Palácio para ver as velas e tochas que boa parte dos manifestantes segurava e ler as faixas penduradas no gradil, e compreender do que se tratava.

Para entender melhor a fórmula 85/95 e também as críticas ao atual fator previdenciário, leia os textos sugeridos na seção "Saiba Mais", no canto superior esquerdo desta página.

Fonte: CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo

site: www.cntv.org.br
email:cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF